



**PAUTA
PARA A 10ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 29 DE MARÇO DE 2019**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 3, de 2019, de autoria do deputado Monica da Bancada Ativista. Altera a Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de resolução nº 4, de 2019, de autoria do deputado Monica da Bancada Ativista. Acrescenta alínea "c" ao parágrafo único do artigo 5º da Resolução nº 766, de 16 de dezembro de 1994, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

3 - Projeto de resolução nº 5, de 2019, de autoria do deputado Caio França. Inclui o § 3º no artigo 2º da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970.

4 - Projeto de lei nº 207, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Palmital.

5 - Projeto de lei nº 208, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Narandiba.

6 - Projeto de lei nº 209, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Proíbe a fabricação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e utilização de produtos plásticos descartáveis no Estado.

7 - Projeto de lei nº 210, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Promoção Turística da Costa Oeste Paulista.

8 - Projeto de lei nº 211, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Florínea.

9 - Projeto de lei nº 212, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Maracaí.

10 - Projeto de lei nº 213, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Promissão.

11 - Projeto de lei nº 214, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Salto Grande.

12 - Projeto de lei nº 215, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Iepê.

13 - Projeto de lei nº 216, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Teodoro Sampaio.

14 - Projeto de lei nº 217, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Chavantes.

15 - Projeto de lei nº 218, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Bastos.

16 - Projeto de lei nº 219, de 2019, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Institui o Programa Jovem SUS e dispõe sobre a preparação de jovens para a formação da cidadania em saúde, associada a uma política de reinserção social da parcela de jovens em situação de desemprego no Programa.

17 - Projeto de lei nº 220, de 2019, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Dispõe sobre a implantação de pontos de energia elétrica nos ônibus, demais equipamentos e dependências atinentes ao serviço de transporte rodoviário coletivo intermunicipal e metropolitano de passageiros, no âmbito do Estado.

18 - Projeto de lei nº 221, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Cosmorama.

19 - Projeto de lei nº 222, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Gastão Vidigal.

20 - Projeto de lei nº 223, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Lourdes.

21 - Projeto de lei nº 224, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Mesópolis.

22 - Projeto de lei nº 225, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Pedranópolis.

23 - Projeto de lei nº 226, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Pontes Gestal.

24 - Projeto de lei nº 227, de 2019, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os locais que forneçam "wi-fi" ou computadores para utilização de internet a fixar aviso sobre risco de dependência tecnológica.

25 - Projeto de lei nº 228, de 2019, de autoria da deputada Marta Costa. Torna obrigatória a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil (sexualização precoce) nas escolas públicas do Estado.

26 - Projeto de lei nº 229, de 2019, de autoria da deputada Marta Costa. Institui o Ingresso/Ticket Social no Estado.

27 - Projeto de lei nº 230, de 2019, de autoria da deputada Marta Costa. Institui o Programa Ensino Apartidário.

28 - Projeto de lei nº 231, de 2019, de autoria da deputada Marta Costa. Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o Consumo de Medicamentos Anorexígenos.

29 - Projeto de lei nº 232, de 2019, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Proíbe a sátira, ridicularização e qualquer outra forma de menosprezo à religião cristã, seus dogmas e crenças, no âmbito do Estado.

30 - Projeto de lei nº 233, de 2019, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Institui o Conselho de Mediação de Conflitos - CMC nas escolas da rede estadual de ensino do Estado.

31 - Projeto de lei nº 234, de 2019, de autoria do deputado Marcio da Farmácia. Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.374, de 1 de março de 1989, para instituir isenção do ICMS sobre a venda de equipamentos destinados às guardas civis do Estado.

32 - Projeto de lei nº 235, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de José Bonifácio.

33 - Projeto de lei nº 236, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Monte Aprazível.

34 - Projeto de lei nº 237, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Santa Rita d'Oeste.

35 - Projeto de lei nº 238, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Santana da Ponte Pensa.

36 - Projeto de lei nº 239, de 2019, de autoria do deputado Aprigio. Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a criação e extinção de cargos no Quadro da Secretaria da Educação do Estado.

37 - Projeto de lei nº 240, de 2019, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Autoriza o desembarque de mulheres, idosos e pessoas com deficiência em local diverso dos pontos de parada regulares, nos transportes metropolitanos de baixa e média capacidade do Estado.

38 - Projeto de lei nº 241, de 2019, de autoria do deputado Monica da Bancada Ativista. Estabelece critérios para concessão e manutenção de benefícios fiscais do Estado.

39 - Projeto de lei nº 242, de 2019, de autoria do deputado Caio França. Cria o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência - FEPD.

40 - Moção nº 11, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia a adoção de estudos urgentes com o objetivo de avaliar a necessidade de se manter o horário de verão no Estado.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.225, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a promoção de Oficiais da Polícia Militar, nas condições que especifica, e dá outras providências correlatas.

2 - Projeto de lei Complementar nº 22, de 2019, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Amplia, no Ministério Público, o Quadro de Cargos de Promotor de Justiça e acrescenta o inciso VI ao artigo 165 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público).

3 - Projeto de lei nº 188, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre acesso, normas de convivência, segurança e serviços oferecidos a torcedores em eventos esportivos nos estádios de futebol, e altera a lei nº 10.876, de 10 de setembro de 2001, que obriga a execução do Hino Nacional Brasileiro em todos os eventos esportivos realizados no Estado.

4 - Projeto de lei nº 189, de 2019, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Obriga os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos fármacos a estruturar e implementar sistemas de logística reversa para que essas substâncias e suas embalagens sejam direcionadas à coleta em locais previamente estabelecidos, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

5 - Projeto de lei nº 190, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura às unidades familiares homoafetivas o acesso aos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado.

6 - Projeto de lei nº 191, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes Socioeducativos do Estado.

7 - Projeto de lei nº 192, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o fechamento de cursos, turnos e unidades de ensino público no âmbito do Estado.

8 - Projeto de lei nº 193, de 2019, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza o Poder Executivo a determinar que a Secretaria da Saúde adote os parâmetros para dimensionar o quantitativo mínimo dos diferentes níveis de formação dos profissionais de enfermagem para a cobertura assistencial nas instituições da rede de saúde do Estado, nos termos da Resolução nº 543/2017 do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN.

9 - Projeto de lei nº 194, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado. Denomina "Santo Miranda Caetano" a Escola Estadual do Distrito de Martinho Prado Júnior, em Mogi Guaçu.

10 - Projeto de lei nº 195, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a Associação de Apoio e Assistência aos Portadores de Câncer de Iepê - AAAPCI, com sede naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 196, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a Associação Guaribense de Incentivo ao Atletismo e o Social - Águias, com sede em Guariba.

12 - Projeto de lei nº 197, de 2019, de autoria do deputado Thiago Auricchio. Institui o Programa Agente Cidadão Sênior.

13 - Projeto de lei nº 198, de 2019, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Isenta do pagamento da tarifa de pedágio os veículos de residentes nos municípios com população inferior a 320.000 (trezentos e vinte mil) habitantes.

14 - Projeto de lei nº 199, de 2019, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispensa de prévia autorização a utilização de veículos destinados ao transporte escolar durante os finais de semana, feriados e férias escolares, no âmbito do Estado.

15 - Projeto de lei nº 200, de 2019, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Institui o Sistema Único de Saúde Animal do Estado de São Paulo (SUSASP).

16 - Projeto de lei nº 201, de 2019, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Altera a Lei nº 11.819, de 5 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a implantação de aparelhos de videoconferência para interrogatório e audiências de presos à distância.

17 - Projeto de lei nº 202, de 2019, de autoria do deputado Leticia Aguiar. Autoriza o Poder Executivo a distribuir dispositivo de segurança conhecido como "botão do pânico" para pessoas vitimadas por violência doméstica, amparadas com medida protetiva, em todo o território do Estado, bem como a criar aplicativo para uso em dispositivo móvel denominado "botão do pânico", para facilitar denúncias de casos de violência contra a mulher.

18 - Projeto de lei nº 203, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Castilho.

19 - Projeto de lei nº 204, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Lucélia.

20 - Projeto de lei nº 205, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Presidente Venceslau.

21 - Projeto de lei nº 206, de 2019, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Presidente Prudente.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 2, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera dispositivos da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores.

2 - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o prazo de 180 dias de licença-maternidade às servidoras celetistas em exercício junto à Administração Pública Estadual.

3 - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura a incorporação do Adicional por Local de Exercício - ALE aos vencimentos dos servidores dos Quadros do Magistério e de Apoio Escolar.

4 - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera o "caput" do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, que Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica.

5 - Projeto de lei Complementar nº 15, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga o inciso VI do artigo 251 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), que dispõe sobre a pena disciplinar de cassação de aposentadoria de servidores.

6 - Projeto de lei Complementar nº 16, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Veda a percepção, por Secretários de Estado, de remunerações ou adicionais decorrentes da participação em reuniões de conselhos de administração de empresas estatais, fundações públicas e autarquias.

7 - Projeto de lei Complementar nº 17, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o pagamento de adicional de periculosidade aos Agentes de Apoio Socioeducativo da Fundação CASA.

8 - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura aos professores afastados para exercício em funções de

assessoria pedagógica nos órgãos regionais e centrais da Secretaria da Educação o direito à aposentadoria especial de magistério.

9 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura a conversão em pecúnia de períodos de licença-prêmio aos servidores do Estado.

10 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera o § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007, que dispõe sobre a criação da São Paulo Previdência - SPPREV.

11 - Projeto de lei nº 184, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o programa pedagógico da Nova Escola.

12 - Projeto de lei nº 185, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o apostilamento de títulos das carreiras de praças da Polícia Militar do Estado ao posto de 2º Tenente.

13 - Projeto de lei nº 186, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura aos titulares de cargos docentes o direito de optar por qualquer jornada docente de trabalho na escolha inicial e no concurso de remoção, bem como de alterar a jornada em caráter excepcional durante o ano letivo.

14 - Projeto de lei nº 187, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a técnica tradicional de construção caracterizada pelo uso de argamassas cimentícias decorativas em paredes e fachadas, popularmente conhecida como "pedra fingida".

15 - Projeto de decreto legislativo nº 9, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos de parte destacada do Decreto nº 61.466, de 02 de setembro de 2015.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SE nº 2, de 8 de janeiro de 2016, que estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 11, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Deliberação CEE nº 154/2017, que altera a Deliberação CEE 111/2012, que fixa Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação

de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 12, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SE nº 1, de 17 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a Prioridade de Atendimento aos Alunos, por docentes designados e atuando em programas/projetos da pasta, nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

19 - Projeto de decreto legislativo nº 13, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do Decreto nº 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 e dá providências correlatas.

20 - Projeto de decreto legislativo nº 14, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do artigo 8º do Decreto nº 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 e dá providências correlatas.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 6, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui o artigo 117-A na Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 7, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o artigo 137 da Constituição Estadual.

3 - Projeto de lei Complementar nº 8, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura os dias de licença médica e as faltas médicas como de efetivo exercício para aposentadoria especial dos servidores públicos.

4 - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a redação da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

5 - Projeto de lei Complementar nº 10, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui parágrafo único no artigo 81 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispões sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

6 - Projeto de lei Complementar nº 11, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o prazo de licenças maternidade e paternidade a servidores celetistas em exercício junto à Administração Pública Estadual.

7 - Projeto de lei nº 169, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura a gratuidade no transporte metropolitano e intermunicipal aos servidores da Fundação CASA.

8 - Projeto de lei nº 170, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o Programa Escola com Liberdade no sistema estadual de ensino.

9 - Projeto de lei nº 171, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura aos professores e demais servidores das escolas públicas estaduais o direito à alimentação pelo programa de merenda escolar.

10 - Projeto de lei nº 172, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui a Banda Sinfônica Estadual, a Orquestra Jazz Sinfônica e a Orquestra do Theatro São Pedro como corpos musicais oficiais do Estado.

11 - Projeto de lei nº 173, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera o artigo 8º da Lei nº 185, de 12 de dezembro de 1973, com alterações posteriores, que autorizou a instituição da atualmente denominada Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP.

12 - Projeto de lei nº 174, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Proíbe a operação de serviço de "telemarketing" com número restrito e fora do horário comercial.

13 - Projeto de lei nº 175, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Proíbe a disposição e a deposição de resíduos tóxicos ou sedimentos contaminados com produtos, substâncias e compostos químicos, orgânicos ou inorgânicos, em águas, leitos e cavas subaquática.

14 - Projeto de lei nº 176, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispensa do exame pericial admissional os servidores aprovados em concurso público que já estejam em atividade no serviço público estadual.

15 - Projeto de lei nº 177, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Denomina "Raimundo Antônio da Costa Jinkings" o túnel localizado no km 75,700, sentido capital-interior, da Rodovia SP 070, em Jacareí.

16 - Projeto de lei nº 178, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Reorganiza o Conselho Estadual de Educação.

17 - Projeto de lei nº 179, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a considerar como horas de trabalho, dentro da jornada de trabalho semanal, as horas dedicadas aos estudos, formação e aperfeiçoamento dos profissionais da classe de suporte pedagógico, professores coordenadores e vice-diretores.

18 - Projeto de lei nº 180, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a redação do artigo 6º do Decreto-lei nº 257, 29 de maio de 1970, que trata do IAMSPE.

19 - Projeto de lei nº 181, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece normas gerais sobre cuidados aos animais definidos como "comunitários".

20 - Projeto de lei nº 182, de 2019, de autoria do deputado Tenente Nascimento. Estabelece procedimentos e medidas para assegurar a proteção dos professores, servidores ou empregados da educação no âmbito do Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 149, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui o estudo da Filosofia no currículo escolar do ensino fundamental.

2 - Projeto de lei nº 150, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o período de férias forenses.

3 - Projeto de lei nº 151, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante o direito a trinta dias de férias consecutivas, em janeiro, aos docentes integrantes do magistério estadual.

4 - Projeto de lei nº 152, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o exercício do trabalho em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos.

5 - Projeto de lei nº 153, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a eleição dos reitores e vice-reitores das universidades públicas do Estado.

6 - Projeto de lei nº 154, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece igualdade na distribuição do lucro ou dos resultados das empresas estatais aos seus empregados.

7 - Projeto de lei nº 155, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispensa do estágio probatório os servidores nomeados em cargos efetivos que comprovem ter exercido, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo e contínuo exercício como empregado ou servidor público em funções idênticas ou semelhantes às descritas no edital do concurso público.

8 - Projeto de lei nº 156, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura às pessoas portadoras de albinismo o exercício de direitos básicos nas áreas de educação, saúde e trabalho no Estado.

9 - Projeto de lei nº 157, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno para incorporação ao "Parque Burle Marx", na Capital.

10 - Projeto de lei nº 158, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Torna obrigatória a realização de audiências públicas previamente aos procedimentos de desapropriação de imóveis de uso residencial ou comercial urbano com finalidade pública e social.

11 - Projeto de lei nº 159, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Anula as punições de natureza política impostas aos servidores públicos estaduais.

12 - Projeto de lei nº 160, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui parágrafos ao artigo 2º da Lei nº 12.391, de 23 de maio de 2006, para assegurar o índice mínimo de revisão dos servidores públicos.

13 - Projeto de lei nº 161, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante abono de falta ao trabalho de pais e responsáveis por alunos para participação em reuniões oficializadas no calendário escolar.

14 - Projeto de lei nº 162, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a Lei nº 8.876, de 2 de setembro de 1994, que institui o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça de São Paulo.

15 - Projeto de lei nº 163, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores aposentados e pensionistas das universidades públicas estaduais.

16 - Projeto de lei nº 164, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins socioculturais, o imóvel onde está instalado o "Espaço Comum Casa Amarela", na Capital.

17 - Projeto de lei nº 165, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece a revisão anual da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado, no período de março de 2018 a março de 2019, em atendimento à Lei nº 12.391, de 23 de maio de 2006.

18 - Projeto de lei nº 166, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga o inciso III do artigo 4º da Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991.

19 - Projeto de lei nº 167, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece diretrizes para a realização de estágio nas escolas públicas estaduais.

20 - Projeto de lei nº 168, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Disciplina a publicação de estatística criminal e institui a Base de Dados de Consulta Pública de Estatística Criminal.

21 - Projeto de decreto legislativo nº 8, de 2019, de autoria do deputado Isa Penna e outros. Susta os efeitos do inteiro teor do Decreto nº 64.074, de 18 de janeiro de 2019, que regulamenta a Lei nº 15.556, de 29 de agosto de 2014, que restringe o uso de máscaras ou qualquer parâmetro que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que especifica, e dá providências correlatas, por flagrante abuso de poder regulamentar.